

* 1 MAI 1980

Sarney: Eleição será decidida até o dia 14

O presidente do PDS, senador José Sarney, disse ontem que até o dia 14 deste mês já existirá a nível de partido uma decisão sobre a realização ou não das eleições municipais de novembro. Mas, ao contrário do que informou o líder do Governo na Câmara, garantiu que qualquer que seja a opção, mesmo a prorrogação de mandatos com a respectiva coincidência, tem condições de aprová-la no Congresso Nacional.

Isso porque, explicou, a decisão que for tomada passará a ser do partido e caberá a seus integrantes sustentá-la. Mas, ponderou, até agora o assunto não tem decisão e se encontra a nível de consulta, que ficará a cargo do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel.

Adiantou também que no momento oportuno convocará as bancadas do PDS no Senado e na Câmara, para decidirem qual a orientação que deverá ser dada na condução do tema eleições municipais. Porém, disse, "não tenho dúvidas de que o partido cumprirá a decisão aprovada".

Sarney ressaltou que 14 de maio foi o prazo estabelecido, porque no dia seguinte a ele começam a correr os prazos do calendário

eleitoral e, aí, terão de estar com a decisão acertada.

Revelou que numa consulta realizada há algum tempo - antes da reformulação partidária -, a bancada federal e estadual na sua grande maioria era favorável ao adiamento das eleições e pela coincidência de mandatos.

Como política é dinâmica, explicou Sarney, essas consultas deverão ser refeitas agora, para melhor corresponderem à atualidade vivida pelos quadros partidários. Porém, o Senador descartou qualquer possibilidade de se ligar a problemas de "caixa baixa" dos estados à falta de vontade em participar do pleito.

No seu modo de ver, a decisão tem que ser política, enfocando a situação e o ângulo de cada partido.

Porém, vale lembrar, concluiu Sarney, que se os partidos não estiverem formados no prazo estipulado, têm um óbice legal a transpor caso desejem e aprovem a realização das eleições municipais de novembro. E esse impedimento está inserido na legislação ordinária e na Constituição, o que por si só demonstra a complexidade do problema.

Líder: João procura igualdade